

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.419.966 - BA (2018/0339986-7)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : PEDRO FLAVIO CARDOSO DE ALMEIDA**  
**AGRAVANTE : ANA CRISTINA MESSIAS DA SILVA ALMEIDA**  
**ADVOGADOS : ULISSES ORGE FRANCO LIMA GOMES - BA024586**  
**MARCIO DE SOUZA MAGALHÃES E OUTRO(S) - BA031644**  
**AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADOS : LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - BA038316**  
**LAERTES ANDRADE MUNHOZ E OUTRO(S) - BA031627**  
**MARIA AMELIA CASSIANA MASTROROSA VIANNA -**  
**BA038315**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por PEDRO FLAVIO CARDOSO DE ALMEIDA e OUTRA no qual se discute, entre outras questões, as hipóteses de aplicação da repetição em dobro prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC.

1. A matéria veiculada no recurso em análise foi afetada pelo Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, sob o rito dos recursos representativos da controvérsia, à Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça nos autos do Resp REsp 1517888/RN, vinculado ao Tema nº 929.

Assim, é imperiosa a devolução dos autos ao Tribunal de origem para observância da sistemática dos recursos repetitivos, consoante determina o art. 2º da Resolução STJ n.º 17, de 4 de setembro de 2013, verbis:

Art. 2º Verificada a subida de recursos fundados em controvérsia idêntica a controvérsia já submetida ao rito previsto no art. 543-C do Código de Processo Civil, o presidente poderá:

I - determinar a devolução ao tribunal de origem, para nele permanecerem sobrestados os casos em que não tiver havido julgamento do mérito do recurso recebido como representativo de controvérsia;

II - determinar a devolução dos novos recursos ao tribunal de origem, para os efeitos dos incisos I e II do § 7º do art. 543-C do Código de Processo Civil, ressalvada a hipótese do § 8º do referido artigo, se já proferido julgamento do mérito do recurso representativo da controvérsia.

2. Ante o exposto, determino a devolução dos autos à origem, com a devida baixa nesta Corte, onde deve permanecer suspenso o recurso especial até o pronunciamento definitivo do STJ sobre o Tema nº 929, e, após, observe-se a sistemática prevista nos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/15.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator

